



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

PARECER JURÍDICO INICIAL

REFERENTE AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2023

SOLICITANTE: SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conforme exposto às folhas 117 o presente processo de Chamamento Público nº 002/2023, cujo objeto é "CREDENCIAMENTO DE EMPRESA/CLÍNICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E OUTROS AFINS PARA ATENDER OS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VERA CRUZ DO OESTE" foi encaminhado para esta Advogada Pública para análise jurídica, nos termos do art. 53, da Lei nº 14.133/2021.

Segundo a Sra. Secretária Municipal de Administração e Planejamento, através do Ofício nº 158/2023, a solicitação é necessária "em razão da necessidade de contratação de Clínica Especializada tendo em vista que o município não conta com profissionais habilitados para tal serviço em seu quadro de pessoal, bem como a necessidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador/servidor público no seu local de trabalho." (fls. 074).

O TCU, no Acórdão nº 436/2020 – Plenário, assentou que "o credenciamento, entendido como espécie de inexigibilidade de licitação, é ato administrativo de chamamento público de prestadores de serviços que satisfaçam determinados requisitos, constituindo etapa prévia à contratação, devendo-se oferecer a todos igual oportunidade de se credenciar."

A Assessoria Jurídica, buscando uma análise objetiva do cumprimento das regras legais aplicáveis ao tipo de contratação e, ainda, visando adotar uma manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação, nos termos do art. 53, § 1º da Lei nº 14.133/2021, DECLARAMOS que o presente procedimento cumpriu com os requisitos abaixo assinalados:



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

- 1 - Consta Estudo Técnico Preliminar devidamente preenchido (fls. 075/079) - Art.18, inciso I, e § 1º, da Lei nº 14.133/2021;
- 2 - Consta Termo de Referência (fls 080/089) - Art. 18, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
- 3 - Parecer Contábil indicando as dotações orçamentárias em que as despesas decorrentes do presente procedimento serão executadas - Ausente no procedimento;
- 4 - Autorização do Sr. Prefeito Municipal para abertura do certame, datado de 15/08/2023 (fls 074);
- 5 - Minuta do Edital e seus Anexos (fls. 090/114);
- 6 - Portaria nº 5.001/2023, publicada em 18/05/2023 designando fiscal dos Contratos (fls 115);
- 7 - Decreto nº 6.456/2022, publicado em 29/12/2022 designando Comissão Municipal de Licitação, conforme exige a lei (fls 116);
- 8 - Orçamentos e composição de custos (001/032);

Quanto aos Anexos são os seguintes:

Anexo I – Composição de preços;

Anexo II – Minuta do Contrato de Chamamento Público (fls 099/105);

Anexo III – Declaração de Nepotismo (fls 098);

Anexo IV – Minuta de Requerimento de Credenciamento (fls 098).

Anexo V – Termo de Referência (fls 090/096);

O credenciamento é o procedimento administrativo pelo qual a Administração convoca todos os interessados em travar ajustes contratuais com ela, desde que satisfeitos os requisitos previamente estipulados, diante da situação de inviabilidade de competição em determinado setor.



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

Além disso, o edital dispõe sobre:

- 1 - a definição das condições de execução (cláusula 12), de pagamento (cláusula 10) e das condições de recebimento (cláusula 13);
- 2 - O edital dispõe sobre o regime de prestação de serviços;
- 3 - O objeto do credenciamento se enquadra na seguinte hipótese de contratação: I – paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
- 4 – O Edital prevê condições padronizadas de contratação e critérios objetivos de distribuição de demanda (cláusulas 12.5/12.6).

Assim, como não cabe à Assessoria Jurídica avaliar critérios de vantagem e conveniência na contratação, pois se trata de prerrogativas exclusivas da gestão pública, é preciso destacar que os valores informados nos orçamentos apresentados são de inteira responsabilidade do setor requisitante, não competindo a esta assessoria avaliar a procedência e regularidade dos mesmos.

Em conclusão, esta Assessoria Jurídica entende que o presente processo de licitação deve seguir seu trâmite, após a juntada do parecer contábil acima referido.

É o Parecer opinativo que submeto à autoridade superior, lembrando que o Parecer Jurídico, por sua natureza, não possui caráter vinculativo, mas apenas consultivo.

Vera Cruz do Oeste/PR, em 14 de setembro de 2023.

Lourdes Cristina Avanzi Fuhr

Advogada Pública - OAB/PR 20.270